

-----ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO
CONCELHO DE ODEMIRA, REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE SETEMBRO DO
ANO DE DOIS MIL E TRÊS:-----

-----Ao vigésimo nono dia do mês de Setembro do ano de dois mil e três, realizou-se no Auditório da Biblioteca Municipal “José Saramago”, em Odemira, uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, presidida pelo senhor Manuel António Dinis Coelho, secretariado pelos senhores Amâncio Francisco Mendes da Piedade (Primeiro Secretário) e António Maria Guerreiro (Segundo Secretário), e convocada pelo primeiro ao abrigo do artigo quadragésimo nono e da alínea b) do número um, do artigo quinquagésimo quarto da Lei número cinco A, barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, que veio introduzir alterações à Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, conjugado com o disposto na alínea b) do número um do artigo décimo quarto do respectivo Regimento, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

-----I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

-----1. Apreciação e aprovação das actas das sessões: ordinária de 30/06/2003 e extraordinárias de 10/07/2003 e 31/07/2003;-----

-----2. Leitura de expediente;-----

-----3. Apreciação de assuntos de interesse para o concelho.-----

-----II– PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

-----1. Cumprimento do disposto na alínea e) do nº1 do art.º 53º da Lei n.º 169/99 de 18/09, com as alterações introduzidas pela Lei N.º 5-A/2002 de 11/01: apreciação;-----

-----2. Tomada de posse dos membros do Conselho Municipal de Segurança de Odemira para 2002/ 2005.-----

-----3. Derrama a lançar no ano de 2003 e pagável em 2004: apreciação e deliberação;-----

-----4. Eleição do representante dos Presidente das Juntas de Freguesia para o Conselho

Municipal de Educação de Odemira.-----

-----III – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:-----

-----ABERTURA DA SESSÃO-----

-----Pelas vinte horas e quarenta e cinco minutos, o senhor Presidente da Assembleia declarou, nos termos da Lei, aberta a sessão e, depois de saudar os presentes, passou a palavra ao Primeiro Secretário que procedeu à chamada, tendo-se verificado, após algumas chegadas mais tardias, a presença de trinta e quatro membros da Assembleia a saber, os senhores Amâncio Francisco Mendes da Piedade, António Amaro Freire Marreiros Figueira, António Eduardo Guerreiro da Silva, António Manuel de Oliveira Rita Viana, António Maria Guerreiro, Arménio Salgado Silvestre, Augusto Inácio Maria, Dinis Manuel Campos Nobre, Dulce Loução de Matos Raposo, Fernando José Romão da Silva Valério, Francisco Aleixo Silveira, Helder António Guerreiro, Hélia Maria dos Anjos Guerreiro Lino Patrício, Horácio de Oliveira Gonçalves, Humberto Inácio da Encarnação, João Maria Salvador, Joaquina Maria Eduarda Bernardino, José Alberto Silva de Almeida, José da Silva Valério, José Manuel dos Reis Guerreiro, José Manuel Gonçalves Guerreiro, José Manuel Guerreiro, José Vieira Ramos, Leonel Nunes Rodrigues, Luís Ventura Mendonça, Manuel António Dinis Coelho, Manuel Augusto Piegas Marcos, Manuel da Silva Cruz, Manuel José da Silva Correia, Maria Luísa Vilão Palma, Maria Virgínia Constanço Botica, Paulo Jorge Dias Reis, Raúl Manuel Carrilo da Silva Vicente e Vanda Maria dos Santos Benito da Silva Ribeiro, e a ausência dos senhores Carlos José Martins Cortez, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Santiago, José Maria Joana, Justino Augusto Baptista Abreu dos Santos e Mário Neves Páscoa Conceição, Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho das Amoreiras.-----

-----Do executivo da Câmara Municipal de Odemira, estiveram presentes os senhores António Manuel Camilo Coelho, Presidente da Câmara Municipal de Odemira, José Alberto Candeias Guerreiro, Vereador eleito pelo Partido Socialista e Francisco José Caldeira Duarte e

Fernando Manuel Mendes Fialho, Vereadores eleitos pela Coligação Democrática Unitária.-----
-----Reportando-se às faltas verificadas nas sessões anteriores, o senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que, relativamente à sessão ordinária realizada no dia trinta de Junho do corrente ano, não haviam faltas injustificadas. Quanto à sessão extraordinária realizada no dia dez de Julho do corrente ano, não tinham justificado as faltas os senhores Augusto Inácio Maria, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria, Helder António Guerreiro, José Alberto Silva de Almeida e Manuel José da Silva Correia, Presidente da Junta de Freguesia de Sabóia.-----

-----Por último, quanto à sessão extraordinária realizada no dia trinta e um de Julho do corrente ano, não tinham justificado as faltas os senhores José Manuel Reis Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio, Justino Augusto Baptista Abreu dos Santos, Manuel José da Silva Correia, Presidente da Junta de Freguesia de Sabóia e Raúl Manuel Carrilo da Silva Vicente, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes.-----

-----Ainda antes de se dar início ao tratamento dos assuntos agendados para esta sessão, o senhor Presidente da Assembleia, informou os presentes da necessidade de se alterar a Ordem de Trabalhos, pelo que propôs a alteração do segundo ponto do Período da Ordem do Dia, para primeiro ponto do Período Antes da Ordem do Dia. Esta proposta foi aprovada por consenso.---

-----**I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

-----**Ponto um:** TOMADA DE POSSE DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DE ODEMIRA PARA 2002/ 2005: Em cumprimento do disposto no nono artigo da Lei número trinta e três, barra noventa e oito, de dezoito de Julho, procedeu-se à tomada de posse dos membros do Conselho Municipal de Segurança de Odemira, a qual ficará registada em acta própria que consta no maço de documentos da presente sessão.-----

-----Ainda antes de se dar início à apreciação e deliberação das actas agendadas para esta sessão, o senhor Presidente da Assembleia colocou à consideração dos presentes, a inclusão de

mais um assunto no Período da Ordem do Dia, com o seguinte título: “Prédio Rústico denominado “Horta dos Reis”, inscrito na Matriz Predial Rústica na Freguesia de Salvador, sob o artigo 45º da Secção FF, Cedência de Área à Fundação Odemira: apreciação e aprovação”.-----

-----Interveio o senhor Manuel Cruz que questionou se o assunto era proposto pela Mesa da Assembleia ou pela Câmara Municipal. A pergunta relacionava-se com o facto do seu Grupo Partidário (Coligação Democrática Unitária) ter a informação de que a proposta não tinha sido debatida na reunião da Câmara Municipal.-----

-----Em face do exposto e considerando que o assunto merecia uma análise exaustiva, uma vez que poderia pôr em causa as obras previstas para o edifício principal da Fundação Odemira, os membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, entendiam que o assunto não devia ser incluído na Ordem de Trabalhos.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia que referiu que teria de presumir a autenticidade dos documentos enviados pela Câmara Municipal. Disse ainda que o processo em causa tinha a informação de que o assunto tinha sido aprovado na reunião da Câmara Municipal, realizada no passado dia dezassete de Setembro.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara que informou que não tinha estado presente nessa reunião da Câmara Municipal. Disse ainda que iria solicitar a presença dos senhores Vice-Presidente e Chefe da Divisão Financeira do Município, para responderem à questão colocada.-----

-----Interveio o senhor Vereador Francisco Duarte que informou que o assunto tinha estado presente numa reunião da Câmara Municipal acerca de um mês e, na altura tinham colocado algumas questões relativamente a aspectos que deveriam ser salvaguardados na doação, nomeadamente alguns acordos já efectuados com as entidades que usufruíam daquelas instalações.-----

-----Disse ainda que o assunto tinha sido novamente falado na última reunião da Câmara

Municipal, sem qualquer suporte documental. Quando foi contactado acerca da inclusão do mesmo na Ordem de Trabalhos desta sessão, solicitou que lhe fosse enviada a respectiva documentação para apreciação e posteriormente se pronunciaria. Porém até ao momento não tinha recebido qualquer documentação.-----

-----Interveio novamente o senhor Presidente da Câmara que referiu que tinha sido informado pelo Doutor Salustiano Lourenço, Chefe da Divisão Financeira que o assunto tinha ficado acordado com o senhor Vereador Francisco Duarte. Disse ainda que não se tratava de um processo novo, pois já tinha sido abordado em anteriores reuniões da Câmara Municipal.----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia que sugeriu que se fizesse um intervalo, nos termos da alínea a) do número um do artigo vigésimo primeiro do Regimento dos Membros deste órgão. Nessa conformidade, interrompeu-se a sessão pelas vinte e uma horas e quarenta minutos.-----

-----Às vinte uma horas e cinquenta minutos retomaram-se os trabalhos, depois de verificado o quorum. Uma vez que se aguardava a presença do Vice – Presidente e do Chefe da Divisão Financeira do Município, foi deliberado dar continuidade ao tratamento dos assuntos agendados no Período Antes da Ordem do Dia e posteriormente seria novamente equacionada a hipótese de inclusão do assunto referente à cedência da área à Fundação Odemira.-----

-----**Ponto dois:** APRECIACÃO E APROVAÇÃO DAS ACTAS DAS SESSÕES: ORDINÁRIA DE TRINTA DE JUNHO DO ANO DE DOIS E TRÊS E EXTRAORDINÁRIAS DE DEZ DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E TRÊS E TRINTA E UM DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E TRÊS: Uma vez que todos os presentes se encontravam na posse de exemplares fotocopiados das actas em epígrafe, que foram previamente enviadas com a restante documentação para a presente sessão, foi por isso dispensada a leitura e imediatamente submetidas à discussão.-----

-----A) ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE TRINTA DE JUNHO DE DOIS MIL E

TRÊS: Interveio a senhora Vanda Ribeiro que referiu que não concordava com a reprodução da sua intervenção na “Apreciação dos Assuntos de Interesse para o Concelho”. Em face do exposto propôs que na quinta folha, na vigésima terceira linha, deveria constar o seguinte: “Por último, disse que também nas Marchas Escolares tinham existido alguns problemas. Foi transmitido que a verba disponibilizada pela Câmara Municipal para ajuda na aquisição dos fatos seria de dez euros por aluno. Posteriormente e após terem adquirido os fatos, a três dias antes da realização das Marchas, foram informados que a verba seria apenas de sete euros e cinquenta cêntimos, por aluno”. Esta proposta foi aprovada por consenso.-----

-----Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação do texto definitivo da presente acta, o qual foi aprovado por unanimidade, com vinte e três votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e um voto a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata, quando estavam presentes trinta e quatro membros da Assembleia;-----

-----B) ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEZ DE JULHO DE DOIS MIL E

TRÊS: Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da presente acta, a qual foi aprovada por maioria, com vinte e um votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, oito votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata, duas abstenções dos membros eleitos pelo Partido Socialista e duas abstenções dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, quando estavam presentes trinta e quatro membros da Assembleia;-----

-----C) ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE TRINTA E UM DE JULHO DE

DOIS MIL E TRÊS: Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da presente acta, a qual foi aprovada por maioria, com dezassete votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata e seis abstenções dos

membros eleitos pelo Partido Socialista, quando estavam presentes trinta e quatro membros da Assembleia.-----

-----**Ponto três: LEITURA DE EXPEDIENTE:** A exemplo das sessões anteriores, embora todos os presentes se encontrassem munidos de fotocópias dos mapas-resumo da correspondência recebida e expedida desde a última sessão ordinária, o senhor Presidente da Assembleia colocou, os respectivos originais, à disposição de eventuais interessados, para melhor esclarecimento.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia que, referindo-se ao documento número cinquenta e um do mapa da correspondência recebida, lembrou que tinha remetido a todos os membros deste órgão fotocópias do citado documento afim de ser equacionada qualquer proposta, ideia ou comentário quanto à questão da Maternidade do Hospital do Litoral Alentejano.-----

-----Interveio a senhora Luísa Palma que informou que há cerca de cinco anos, tinham efectuado um Cordão Humano em Santiago do Cacém a favor da Maternidade no futuro Hospital do Litoral Alentejano. Disse também que nessa altura, o Governo tinha assumido a construção da Maternidade e no momento estava a colocar entraves. Considerou ainda que a falta de pessoal especializado, não poderia ser usada como argumento para não construírem a Maternidade.-----

-----Por último, disse que a proposta da Coligação Democrática Unitária seria a realização de uma sessão extraordinária conjunta das Assembleias Municipais do Litoral Alentejano e de um novo Cordão Humano.-----

-----Interveio o senhor Helder Guerreiro que considerou que existia ainda muita carência destes e de outros equipamentos para atender às necessidades da população. Considerou ainda que o número de pessoas que iriam beneficiar deste tipo de equipamento não deveria ser o único argumento, pois deveria também ser ponderada a melhoria da qualidade de vida dessas

pessoas.-----

-----Por último, informou que o Partido Socialista também concordava com as propostas apresentadas pela Coligação Democrática Unitária, como forma de pressão para a execução da Maternidade no futuro Hospital do Litoral Alentejano.-----

-----Interveio o senhor António Figueira que informou que não tinha uma opinião esclarecedora sobre a matéria, pois considerava que certas informações careciam de uma certeza absoluta quanto ao seu rigor. Disse ainda que qualquer tipo de equipamento seria bom para a região, porém o assunto merecia uma maior ponderação.-----

-----Por último, referiu que também concordava com as propostas apresentadas, no entanto considerava que qualquer assunto a ser debatido pelas Assembleias do Litoral Alentejano, deveria ter como base, o conhecimento prévio das posições das respectivas Câmaras Municipais.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara que referiu que se tratava de uma questão bastante antiga, com várias “démarches” já tomadas. Disse também que da parte das Autarquias do Litoral Alentejano havia consenso absoluto sobre a matéria. Referiu ainda que da parte do Governo, apesar de em tempos ter sido garantida a Maternidade, nunca tinha havido uma clareza nessa garantia e actualmente apresentavam como argumentos para que não fosse construída, a estatística quanto ao número de população abrangida e a falta de técnicos que deveriam ter uma média de partos por ano, para estarem actualizados.-----

-----Interveio o senhor Vereador Fernando Fialho que considerou que o número de partos na região não deveria entrar para fins estatísticos quanto à criação da Maternidade, porque na realidade muitas pessoas preferiam a medicina privada e os filhos nasciam noutras regiões. Quanto à questão dos médicos terem um número de partos por ano para manterem a destreza necessária, considerou que também era uma questão ultrapassável, uma vez que poderiam sempre fazer estágios em maternidades mais frequentadas. Em face do exposto, considerou que

não havia um problema de fundo para não ser construída a Maternidade.-----

-----Interveio o senhor Manuel Cruz que referiu que actualmente o problema da população era a distância dos hospitais, pois inclusivamente a sua filha tinha nascido num taxi, por esse motivo. Considerou ainda que se deveria “furar” um pouco a estatística em relação aos índices de natalidade.-----

-----Por último, convidou todos para uma reflexão em termos de equilíbrios regionais e considerou urgente que, a breve prazo, fosse debatida a questão das influências regionais. Ainda em relação ao assunto disse que apesar deste equipamento ser uma mais valia para o Litoral Alentejano, iria ficar instalado em Santiago do Cacém, assim como outros equipamentos que estavam “espalhados” por outras localidades. Em face do exposto, considerou que era tempo de uma reflexão em relação ao “peso de Odemira”, em termos regionais.-----

-----Interveio novamente a senhora Luísa Palma que informou que as três forças partidárias neste órgão tinham chegado ao consenso e propunham a realização de uma sessão extraordinária que reunisse os concelhos do Litoral Alentejano, para debaterem a questão e estudarem formas de luta.-----

-----Interveio o senhor António Figueira que propôs ainda que, nessa reunião fossem levados elementos de natureza técnica suficientemente esclarecedores, para que todos pudessem tomar uma posição mais abalizada.-----

-----Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia informou os presentes que iria officiar o senhor Presidente da Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, informando da posição tomada nesta sessão relativamente à Maternidade do futuro Hospital do Litoral Alentejano.-----

-----**Ponto quatro:** APRECIACÃO DE ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O CONCELHO: Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, registaram-se as seguintes

intervenções:-----

-----O senhor Presidente da Assembleia informou que, no passado dia dezassete do corrente mês, a Comissão de Trabalho aprovada aquando da proposta sobre “O Estado das Estradas Nacionais no Concelho de Odemira”, reuniu com o senhor Secretário de Estado das Obras Públicas. Considerou que a audiência tinha corrido bem, uma vez que tinham conseguido expressar e transmitir os problemas a nível de estradas nacionais no concelho de Odemira e o senhor Secretário de Estado tinha informado que inclusivamente conhecia o problema.-----

-----O senhor Presidente da Câmara, também informou que a audiência com o senhor Secretário de Estado das Obras Públicas tinha corrido bem, tinham conseguido transmitir o problema da degradação das estradas no Concelho de Odemira. Disse ainda que o senhor Secretário de Estado conhecia a situação, estava bem documentado e tinha informado que iria fazer algum esforço para atender as nossas reivindicações.-----

----Por último, disse que tinham falado de um conjunto de estradas no concelho que consideravam prioritárias e da situação do IC4. Foram também informados que iriam proceder a substituição das guardas da ponte de Vila Nova de Milfontes e a obras de conservação na ponte de Odemira.-----

-----O senhor Fernando Valério, informou que também tinha estado presente na citada audiência e também considerou que tinha corrido bem e que o senhor Secretário de Estado era conhecedor do problema do Concelho de Odemira e estava bem documentado.-----

----Disse também que relativamente ao IC4, foram informados que havia a decisão de finalmente se avançar com o projecto, porque existia apenas um estudo prévio. Por último, considerou que também seria importante equacionarem a construção de uma transversal de Odemira para Beja.-----

-----O senhor Manuel Cruz, congratulou-se com a presença da Comissão de Trabalho da Assembleia Municipal na audiência com o senhor Secretário de Estado das Obras Públicas.

Disse também que, estando novamente em discussão o Plano Rodoviário Dois Mil, seria oportuno proporem a concretização de um Itinerário Complementar do litoral do Concelho de Odemira, para Beja.-----

-----O senhor Helder Guerreiro congratulou-se com a constituição deste tipo de Grupos de Trabalho representativos da Assembleia Municipal, nomeadamente quando conseguiam levar “a bom porto” os temas e as preocupações do Concelho que representavam.-----

-----Congratulou-se também pelo facto do IC4 poder vir a ser uma realidade, pois permitiria algumas relações de verticalidade no Litoral Alentejano e bem assim, poderia de alguma forma consubstanciar as questões relacionadas com a Maternidade, pois teriam uma via que poderia justificar a obra.-----

-----O senhor Raúl Vicente, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes, informou que em tempos tinha participado numa audiência sobre o problema das estradas no Concelho de Odemira e nada tinha sido feito. Questionou também se já estava definido o local para os empreiteiros fazerem o despejo dos entulhos em Vila Nova de Milfontes, uma vez que começavam a surgir em alguns pinhais lixo proveniente das obras.-----

-----Por último, alertou os presentes para uma questão ambiental gravíssima que era o desassoreamento do Rio Mira, junto à Praia da Franquia. Considerou que o problema agravava-se de ano para ano e inclusivamente já tinha ruído parte do passeio.-----

-----Interveio o senhor Helder Guerreiro que apresentou as Moções que seguidamente se transcrevem na íntegra:-----

-----**PRIMEIRA MOCÃO**-----

-----Considerando os últimos incêndios que devastaram cerca de 11 000 ha no interior do nosso concelho, entre floresta, campos agrícolas, e, mesmo casas de habitação;-----

-----Considerando que estas populações viram, para além dos seus bens destruídos, as suas vidas em risco evidente. Aflição que só dificilmente se pode compreender;-----

-----Considerando que estas populações, com o seu querer e abnegação, são o garante da ocupação dos nossos territórios rurais e pela, ainda que pelos vistos insuficiente, manutenção destes espaços transitáveis e com vida;-----

-----Considerando que são elas, as populações que ficam, quem sofre as consequências de um processo, inimputável politicamente, que tem conduzido à desertificação dos territórios, originando isolamentos geográficos e emocionais associados à saída dos seus entes mais próximos;-----

-----Considerando que os termos Solidariedade e Vítimas devem ser utilizados num contexto onde a densidade de sentimentos que representam seja claramente entendida, e, porque não, partilhada. Isto, apesar da maioria dos presentes não se ter visto confrontada com os sentimentos de impotência e de desespero provocados pelo efeito devastador do fogo sobre si e sobre o que é seu.-----

-----Nestes termos, os membros eleitos pelo Partido Socialista para a Assembleia Municipal de Odemira vêm solidarizar-se com todas as vítimas dos incêndios ocorridos no nosso território, e, colocar-se à disposição desta Assembleia Municipal e Câmara Municipal, quer do ponto de vista individual quer do ponto de vista pessoal para qualquer acção que elas pretendam levar a efeito no sentido de minorar os danos decorrentes desses incêndios.-----

-----Cabe-nos ainda registar com satisfação a rapidez com que foi declarado o estado de calamidade pública para o Concelho de Odemira, o que naturalmente permitirá um apoio mais facilitado às populações afectadas por esta calamidade.”-----

-----**SEGUNDA MOCÃO**-----

-----O voluntariado é uma disponibilização pessoal para servir sem esperar nada em troca, é colocar o seu saber fazer e a sua vontade ao serviço dos outros, sejam os outros um indivíduo ou um bem comum.-----

-----Ser Bombeiro Voluntário é disponibilizar a sua vida para ajudar os outros sem esperar

nada em troca, é estar sempre pronto para entregar a sua alma à tarefa de proteger os outros.-----

-----Muitas foram as Associações de Bombeiros Voluntários e muitas foram as Pessoas voluntárias que se tornaram também Bombeiros nos dias de luta contra a calamidade que assolou o nosso Concelho. A todas elas, o nosso sentido obrigado, porque o seu trabalho magnifico foi esse, disponibilizar a sua vida em prol dos outros.-----

-----A quem teve a tarefa acrescida de liderar e coordenar todos os voluntários no terreno, e, de não errar a estratégia de combate ao fogo. A quem está permanentemente connosco como Bombeiro Voluntário. A quem é antes de mais um de nós, habitante do Concelho de Odemira. À Corporação de Bombeiros Voluntários de Odemira um profundo Obrigado e um sentir de divida para quem no meio de muito nós, é especial por ser Bombeiro Voluntário”.-----

-----Interveio a senhora Luísa Palma que perguntou se existia alguma Postura ou Regulamento Municipal sobre os anúncios luminosos nas praias, nomeadamente em Vila Nova de Milfontes.-----

-----Interveio a senhora Dulce Raposo que, em nome de uma munícipe de São Teotónio, solicitou que verificassem a sarjeta junto à sua habitação que entupia quando chovia, entrando água para casa. Propôs ainda que verificassem a situação de todas as sarjetas, porque a maioria entupiam durante a época das chuvas.-----

-----Interveio novamente o senhor Manuel Cruz que propôs que a Assembleia Municipal votasse um “Voto de Solidariedade” para com as vítimas dos prejuízos da catástrofe dos incêndios que assolaram o Concelho de Odemira e um “Voto de Agradecimento” a todos aqueles que contribuíram para que essa calamidade não fosse maior.-----

-----Considerou também que seria importante que as entidades intervenientes nessa área, equacionassem um debate para que, através desta tragédia, pudessem reformular toda a intervenção no concelho, a nível de planeamento de florestação e rearboreização.-----

-----Interveio a senhora Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís

que apresentou a Moção que seguidamente se transcreve na íntegra:-----

-----“**MOCÃO**-----

-----Considerando que nos últimos tempos temos vindo a constatar o encerramento de alguns serviços públicos no nosso concelho com prejuízos visíveis para as populações;-----

-----Considerando que o serviço público de serviços postais é da responsabilidade da empresa pública C.T.T's para dar cumprimento aquilo que é o seu estatuto.-----

-----A Assembleia Municipal de Odemira reunida no dia 29/09/2003, em reunião ordinária, entende repudiar a intenção da empresa C.T.T. de encerrar postos de atendimento em algumas das freguesias. Não aceitamos que esta empresa se demita da sua responsabilidade, de servir as populações e exigimos que os postos continuem abertos e a cumprir o serviço público tão necessário”.-----

-----Ainda em relação aos incêndios, informou que só após a tragédia as pessoas se preocupavam em limpar os terrenos e quintais. Em face do exposto e para prevenção em relação ao próximo ano, perguntou como iriam proceder para que as pessoas se consciencializassem que não poderiam manter os seus quintais e propriedades como autênticos silvados.-----

-----Por último, informou que no momento a preocupação da Protecção Civil era em relação às linhas de água. Em relação ao assunto disse que praticamente quase todas as linhas de água se encontram sujas e aquelas que não fossem do domínio público, tinham de ser limpas pelos proprietários que teriam de ir a Beja tirar uma licença para o efeito.-----

-----Em face do exposto, considerou que seriam poucos os que se deslocariam a Beja e conseqüentemente limpavam as linhas de água.-----

-----Interveio o senhor Leonel Rodrigues, Presidente da Junta de Freguesia de Pereiras-Gare, que questionou em que situação se encontrava a ponte sobre os caminhos de ferro, os respectivos acessos e o Bairro Municipal de Pereiras-Gare.-----

-----Às questões colocadas interveio o senhor Presidente da Câmara que relativamente aos entulhos, informou que têm estado a analisar a questão com a Direcção Regional do Ambiente e estavam a equacionar a zona da Saibreira de Vale de Gomes para esse efeito.-----

----Quanto ao desassoreamento do Rio Mira junto à Praia da Franquia, disse que já tinham apresentado o problema ao Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina e tinham conhecimento de um estudo biofísico efectuado pelo Instituto de Conservação da Natureza, relativamente ao comportamento da foz do rio. A conclusão do referido estudo, apontava a construção da marginal de Vila Nova de Milfontes como a causadora do desassoreamento do rio, uma vez que afectava gravemente a reposição das areias provenientes dos medos, na Praia da Franquia.-----

----Em relação ao assunto, informou que a proposta da Câmara Municipal seria a dragagem do cabeço de areia existente no meio do rio e a sua reposição na Praia da Franquia.-----

----Disse ainda que na Câmara Municipal existia um Regulamento de Publicidade que deveria ser cumprido. Quanto à questão das sarjetas em São Teotónio, referiu que iriam verificar em que situação se encontravam, como prevenção da época das chuvas.-----

----Relativamente a Pereiras-Gare, referiu que a informação que tinha apontava para o final do próximo mês, a data prevista para a conclusão da ponte sobre os caminhos de ferro. Também tinham feito sentir que seria necessário nessa data construir os respectivos acessos. Quanto ao Bairro Municipal informou que as alterações ao projecto que haviam sido solicitadas pelos municípios, já estavam concluídas e iriam tentar registar o alvará na Conservatória para posteriormente fazerem as escrituras dos lotes.-----

----Relativamente aos incêndios que assolaram o Concelho de Odemira, informou que o total da área ardida era cerca de onze mil hectares e que iria remeter a cada Junta de Freguesia uma lista com a identificação da área ardida por freguesia, para verificarem a veracidade das informações. Revelou também que a falta de meios tinha sido evidente, pois se na fase inicial

do incêndio tivessem tido um apoio mais efectivo, talvez tivesse ardido menos área. Considerou também que tinha havido uma certa descoordenação de ordens a nível central e regional.-----

----Também referiu que, numa fase mais complicada do incêndio, tinha telefonado para o Gabinete do Senhor Primeiro Ministro a solicitar ajuda. Naquele momento ele não se encontrava presente, no entanto posteriormente telefonou e garantiu que tinha contactado o senhor Ministro da Administração Interna e nessa noite o senhor Presidente do Serviço Nacional de Bombeiros estava presente no incêndio da Relva Grande.-----

----Por último, informou os presentes que o Quebramar tinha continuado em funcionamento mesmo depois da sentença do Tribunal, e bem assim que o seu proprietário tinha remetido ao senhor Governador Civil do Distrito de Beja, uma exposição sobre o estabelecimento, omitindo as sentenças do Tribunal a favor da Câmara Municipal. Referiu ainda que em conversa com o senhor Governador Civil, tomou conhecimento do facto, enviou os documentos em falta e, juntamente com o senhor Comandante da Guarda Nacional Republicana, reuniram com o proprietário do Quebramar, que acordou em encerrar o estabelecimento até ao dia trinta de Setembro, sob pena do mesmo ser selado.-----

-----Interveio o senhor José Manuel Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio, que informou que conhecia o problema da munícipe de São Teotónio, relativamente às sarjetas e estavam a tentar resolver o problema.-----

----Quanto aos incêndios e embora fosse a Protecção Civil a pagar a comida e o gasóleo dos bombeiros, considerou que se deveria realçar o apoio prestado pelo pessoal da Câmara Municipal durante a catástrofe, nomeadamente dos manobreadores das máquinas e dos que andavam a distribuir a comida e o gasóleo. Disse ainda que o senhor Coordenador tinha referido que em muitos casos de incêndios que já tinha presenciado, nunca tinha sentido o apoio de uma Autarquia como em Odemira.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia que concordou com a intervenção anterior, relativamente ao combate aos incêndios e também realçou o papel das Juntas de Freguesia, que também prestaram todo o apoio necessário.-----

-----Foi igualmente reconhecido o apoio prestado pelas empresas Aliança Florestal e o “Agrupamento dos Mosqueteiros”, sendo o ultimo através do fornecimento de produtos alimentares aos Bombeiros Voluntários que combatiam os incêndios.-----

-----Interveio o senhor António Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Colos, que relativamente ao encerramento dos postos de atendimento dos CTT, informou que estavam a tentar passar a imagem que a ANAFRE é que estaria a promover esse encerramento, o que não era verdade. Disse ainda que estava solidário com as Juntas de Freguesia abrangidas por esse problema, e bem assim que iria reunir com a Direcção da ANAFRE para debaterem o assunto.-

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia que colocou as Moções apresentadas neste ponto da Ordem de Trabalhos à discussão e posterior votação:-----

-----A) **Primeira Moção**, sobre “Os últimos incêndios no Concelho de Odemira”, apresentada pelo senhor Helder Guerreiro, eleito pelo Partido Socialista. A Moção em causa foi objecto de reformulação para reunir o consenso da Assembleia Municipal e o texto ficou do seguinte modo:-----

-----**“MOCÃO**-----

-----Considerando os últimos incêndios que devastaram cerca de 11 000 ha no interior do nosso concelho, entre floresta, campos agrícolas, e, mesmo casas de habitação;-----

-----Considerando que estas populações viram, para além dos seus bens destruídos, as suas vidas em risco evidente. Aflição que só dificilmente se pode compreender;-----

-----Considerando que estas populações, com o seu querer e abnegação, são o garante da ocupação dos nossos territórios rurais e pela, ainda que pelos vistos insuficiente, manutenção destes espaços transitáveis e com vida;-----

-----Considerando que são elas, as populações que ficam, quem sofre as consequências de um processo, inimputável politicamente, que tem conduzido à desertificação dos territórios, originando isolamentos geográficos e emocionais associados à saída dos seus entes mais próximos;-----

-----Considerando que os termos Solidariedade e Vitimas devem ser utilizados num contexto onde a densidade de sentimentos que representam seja claramente entendida, e, porque não, partilhada. Isto, apesar da maioria dos presentes não se ter visto confrontada com os sentimentos de impotência e de desespero provocados pelo efeito devastador do fogo sobre si e sobre o que é seu.-----

-----Nestes termos, a Assembleia Municipal de Odemira vem solidarizar-se com todas as vitimas dos incêndios ocorridos no nosso território, e, os seus membros vêm colocar-se à disposição desta Assembleia Municipal e Câmara Municipal, quer do ponto de vista individual quer do ponto de vista colectivo para quaisquer acções que elas pretendam levar a efeito no sentido de minorar os danos decorrentes desses incêndios.-----

-----Cabe-nos ainda registar com satisfação a rapidez com que foi declarado o estado de calamidade pública para o Concelho de Odemira, o que naturalmente permitirá um apoio mais facilitado às populações afectadas por esta calamidade.-----

-----Sendo a fileira da floresta uma actividade económica fundamental para o desenvolvimento do Concelho, entendemos como necessário a criação/ constituição de um espaço de debate sobre esta matéria”.-----

-----Não havendo qualquer intervenção, foi a presente Moção colocada à votação, tendo sido devidamente aprovada por consenso e aclamação;-----

-----B) **Segunda Moção**, sobre “Bombeiro Voluntário”, apresentada pelo senhor Helder Guerreiro, eleito pelo Partido Socialista. Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da presente Moção, tendo a mesma sido devidamente aprovada por consenso e

aclamação;-----

-----C) **Moção**, sobre “O encerramento dos Correios de Portugal em algumas freguesias do Concelho de Odemira”, apresentada pela senhora Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís. Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da presente Moção, tendo a mesma sido devidamente aprovada por consenso.-----

-----Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.-----

-----Nos termos da alínea a) do número um do artigo vigésimo primeiro do Regimento dos Membros deste órgão, o senhor Presidente da Assembleia interrompeu a sessão para intervalo, às vinte e quatro horas e vinte e cinco minutos.-----

-----Pelas vinte e quatro horas e quarenta minutos, depois de verificado o quorum retomaram-se os trabalhos dando continuidade ao tratamento dos assunto agendados para a presente sessão.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia que, face à presença dos senhores António Afonso, Vice-Presidente da Câmara Municipal e Salustiano Lourenço, Chefe da Divisão Financeira, solicitou novamente aos presentes que se pronunciassem sobre a possível inclusão da cedência de área à Fundação Odemira, na Ordem de Trabalhos.-----

-----Interveio o senhor Helder Guerreiro que considerou que era entendimento do Partido Socialista, a inclusão do assunto na Ordem de Trabalhos, tendo em conta os documentos presentes, os quais mencionavam que o assunto tinha sido aprovado na reunião da Câmara Municipal e sem prejuízo de serem ouvidos os intervenientes na referida reunião.-----

-----O senhor Manuel Cruz considerou que deveriam primeiro ser ouvidos os intervenientes na reunião da Câmara Municipal e posteriormente, face ao entendimento dos Vereadores eleitos pela Coligação Democrática Unitária, tomariam a decisão.-----

-----Interveio o Doutor António Afonso, Vice-Presidente da Câmara Municipal que

informou que tinham acordado verbalmente nessa reunião com todos os Vereadores, os termos e os princípios da deliberação, porque todos entendiam na reunião que se tratava de um assunto importante e urgente.-----

----Disse ainda que tinha sido feito um conjunto de considerações por parte dos Vereadores da oposição, relativamente à doação para considerarem o processo aprovado.-----

----Por último e relativamente à documentação que acompanhava o presente processo e que não tinha sido enviada aos Vereadores da Coligação Democrática Unitária, considerou que sanado esse formalismo e acautelados os interesses em causa, julgava que o processo estaria em condições de ser incluído na presente sessão.-----

-----Interveio o Doutor Salustiano Lourenço, Chefe da Divisão Financeira da Câmara Municipal de Odemira, que informou que tinha entrado em contacto com o Vereador Francisco Duarte para acordarem o texto da deliberação. Disse também que tinha ficado de remeter fotocópia da documentação ao Vereador Francisco Duarte, no entanto pelo facto de apenas hoje ter concluído o processo, não tinha conseguido enviá-lo atempadamente.-----

-----Interveio novamente o senhor Vereador Francisco Duarte que referiu que não concordava com o projecto inicial que transformava aquele terreno num parque de estacionamento e num acesso monumental ao Estádio Municipal. Considerou que deveriam ser reduzidas as dimensões, no entanto deveria ser acautelada uma entrada mais digna para o Estádio Municipal. Por último, informou que na reunião tinha sido equacionado um conjunto de problemas, para além do aspecto jurídico do destaque ou da servidão de passagem, deveriam ser acautelados e salvaguardados os acordos anteriormente estabelecidos, nomeadamente a transferência do Ministério da Educação para a Câmara Municipal das instalações da escola antiga com o terreno da Escola Damião ou ainda com a A.P.P.C. – Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral, pela utilização das instalações.-----

----Em face do exposto, informou que concordavam com o princípio da doação, porém

gostariam de estar devidamente documentados.-----

-----Interveio o senhor Manuel Cruz que informou que os membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária aceitavam a inclusão deste assunto na Ordem de Trabalhos, uma vez que os Vereadores do seu grupo partidário no Executivo Municipal, tinham considerado os documentos distribuídos suficientes para se pronunciarem.-----

-----Interveio o senhor Helder Guerreiro que informou novamente que os membros eleitos pelo Partido Socialista concordavam com a inclusão deste assunto na Ordem de Trabalhos.-----

-----Interveio o senhor António Figueira que perguntou se os Vereadores da Coligação Democrática Unitária tinham de facto votado favoravelmente a proposta.-----

-----Interveio novamente o senhor Vereador Francisco Duarte que informou que tinha existido efectivamente unanimidade, quanto à doação do terreno, desde que fossem salvaguardados alguns aspectos.-----

-----Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação da inclusão da presente proposta na Ordem de Trabalhos, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade, com vinte e dois votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e um voto a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata, quando estavam presentes trinta e três membros da Assembleia.-----

-----Mais foi deliberado que este assunto fosse inscrito como primeiro ponto do Período da Ordem do Dia, seguindo-se os assuntos pela ordem que foram agendados.-----

-----**II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**-----

-----**Ponto um:** PRÉDIO RÚSTICO DENOMINADO “HORTA DOS REIS” INSCRITO NA MATRIZ PREDIAL RÚSTICA DA FREGUESIA DE SALVADOR, SOB O ARTIGO 45 DA SECÇÃO FF – CEDÊNCIA DE ÁREA À FUNDAÇÃO ODEMIRA: Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara que explicou a razão da apresentação da proposta que seguidamente se transcreve na íntegra:-----

-----“PRÉDIO RÚSTICO DENOMINADO “HORTA DOS REIS” INSCRITO NA MATRIZ PREDIAL RÚSTICA DA FREGUESIA DE SALVADOR, SOB O ARTIGO 45 DA SECÇÃO FF – CEDÊNCIA DE ÁREA À FUNDAÇÃO ODEMIRA:- Foi presente a Informação nº.102/03, datada de 12/09/2003, da Secção de Património, onde se refere que a Fundação Odemira, em ofício datado de 09/09/03, solicita a doação do terreno e instalações, onde, em tempo, funcionou a antiga Escola Preparatória Damião de Odemira. Tendo em consideração o conteúdo da presente informação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, doar a área de 8432 m², correspondente ao artº. urbano nº.2325 com o ónus de servidão de passagem de acesso, com a área de 3432 m², nos termos da planta anexa e que é parte integrante do processo. Mais deliberou, por unanimidade, a Câmara Municipal que deverá a DCAJ – Divisão de Contencioso e Assessoria Jurídica elaborar o processo jurídico-administrativo, tendo em vista a concretização da doação solicitada, devendo remeter-se o presente assunto à Assembleia Municipal”-----

-----Interveio o senhor Manuel Cruz que questionou sobre os argumentos apresentados das necessidades da Fundação Odemira para evocar a doação.-----

----Por último, questionou se a doação não iria transformar uma situação provisória em definitiva e conseqüentemente estariam a hipotecar a candidatura no sentido de dotar a escola de meios mais dignos.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara que considerou que a presente doação não punha nem poderia pôr em causa a possibilidade da escola se modernizar e crescer. Disse ainda que a Fundação Odemira não poderia ser ajudada pela Câmara Municipal porque a Autarquia não poderia contrair empréstimos para financiar terceiros. Em face do exposto referiu que a Fundação Odemira se não tivesse garantias reais, não conseguia contrair empréstimos para as novas instalações, porque não tinha sustentabilidade financeira.-----

-----Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação deste assunto, o qual foi

aprovado por unanimidade, com vinte e dois votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e um voto a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata, quando estavam presentes trinta e três membros da Assembleia.-----

-----**Ponto dois:** CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO DA LEI NÚMERO CINCO A BARRA DOIS MIL E DOIS, DE ONZE DE JANEIRO QUE VEIO INTRODUIR ALTERAÇÕES À LEI NÚMERO CENTO E SESSENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE

SETEMBRO: Interveio o senhor Raúl Vicente, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes que referindo-se à trigésima terceira folha do relatório em causa, perguntou em que situação se encontrava a remodelação e ampliação da Estação Tratamento Águas Residuais de Vila Nova de Milfontes, uma vez que no quadro informativo estava mencionado: “Externo – Em curso”.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara que informou que quando o Emissário Submarino de Vila Nova de Milfontes rebentou, não podiam “estender” a ETAR porque tratava-se de uma área protegida e o Ministério do Ambiente não concordava. Em face do exposto, a Câmara Municipal decidiu promover um estudo de uma ETAR de Terceira Geração que estava a ser feito por uma empresa especializada e encontrava-se em fase de conclusão.-----

-----Por último, informou que inclusivamente já tinham enviado para a DRAOT – Direcção Regional do Ambiente e Ordenamento do Território, o estudo prévio para se pronunciarem e posteriormente seria remetido o projecto final.-----

-----Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.-----

-----**Ponto três:** DERRAMA A LANÇAR NO ANO DE 2003 E PAGÁVEL EM 2004: Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara que explicou

a razão da apresentação da proposta que seguidamente se transcreve na íntegra:-----

-----“DERRAMA A LANÇAR NO ANO DE 2003 E PAGÁVEL EM 2004:- Foi presente Informação n.º 25/2003, datada de 12/09/2003, proveniente da Divisão Financeira, propondo que a digníssima Câmara Municipal deliberasse sobre o lançamento da derrama, nos termos do n.º 1do art.º 18º da Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto.-----

-----Apreciado o assunto a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, fixar em 10% a taxa da derrama e remeter à Assembleia Municipal para apreciar e deliberar sobre a mesma”.---

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia que perguntou se existia algum critério para fixarem o valor da taxa em dez por cento, uma vez que se tratava da aplicação de um imposto.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara que informou que há alguns anos que vinham aplicando a taxa de dez por cento.-----

-----Interveio o senhor Manuel Cruz que informou que o Governo tinha criado as Regiões Periféricas, nas quais diminuía a aplicação dos impostos sobre o rendimento das empresas, como modo de incentivo. Face ao exposto, considerou que talvez fosse importante para o próximo ano, equacionar uma diminuição da derrama, como forma de incentivar as empresas no Concelho de Odemira.-----

-----Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação da presente proposta, a qual foi aprovada por unanimidade, com vinte e dois votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e um voto a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata, quando estavam presentes trinta e três membros da Assembleia.-----

-----**Ponto quatro:** ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DOS PRESIDENTES DAS JUNTAS DE FREGUESIA PARA O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ODEMIRA: Foi presente o ofício número 14276, datado de 26/08/2003, enviado pelo senhor

Presidente do Conselho Municipal de Educação de Odemira, no qual solicitava a eleição de um representante dos senhores Presidentes das Juntas de Freguesia em representação das Freguesias do Concelho, nos termos da alínea d) do número um do artigo quinto da Lei n.º41/2003, de 22 de Agosto.-----

-----Interveio a senhora Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís, que congratulou-se com o presente assunto, uma vez que tinha feito essa proposta na altura em que foi aprovada a constituição do Conselho Municipal de Educação de Odemira.-----

-----Interveio o senhor Manuel Cruz que congratulou-se com a presente proposta, nomeadamente pelo facto de serem eleitos, enquanto os restantes membros do Conselho em causa foram nomeados.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia que sugeriu que os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia conferenciassem e propusessem um representante para o Conselho em questão.-----

-----Interveio o senhor António Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Colos, que propôs que fosse eleito o Presidente da Junta da maior freguesia do Concelho, porque representavam um maior número de escolas.-----

-----Interveio o senhor Helder Guerreiro que congratulou-se com a representação dos Presidentes das Juntas de Freguesia, no Conselho Municipal de Educação de Odemira. Disse ainda que concordava com a proposta apresentada pelo senhor António Silva, e bem assim que a mesma reunia o consenso dos membros eleitos pelo Partido Socialista.-----

-----Interveio o senhor Manuel Cruz que informou que os membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, propunham que fosse eleito o senhor António Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Colos, porque consideravam que era a pessoa que mais de perto acompanhava as escolas no Concelho de Odemira.-----

-----Interveio o senhor António Figueira que considerou que a escolha deveria recair sobre

o Presidente da Junta de Freguesia que representasse o maior número de alunos.-----
-----Em face do exposto, foi deliberado por unanimidade, com vinte e dois votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e um voto a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata, quando estavam presentes trinta e três membros da Assembleia, eleger como representante dos Presidentes das Juntas de Freguesia no Conselho Municipal de Educação de Odemira, o senhor José Manuel Reis Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio.-----

-----**III – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:**-----

-----Não se registou qualquer intervenção por parte do público.-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA**-----

-----Nos termos do artigo nonagésimo segundo da Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, que veio introduzir alterações à Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, foram aprovadas em Minuta todas as deliberações tomadas para que produzam efeitos imediatos, por consenso.-----

-----**ENCERRAMENTO DA SESSÃO**-----

-----Não havendo mais nada a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão pelas duas horas.-----

-----De tudo, para constar, se lavrou a presente acta que, nos termos da Lei, vai ser assinada pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal e pelos Secretários.-----

-----O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,-----

-----O PRIMEIRO SECRETÁRIO,-----

-----O SEGUNDO SECRETÁRIO,-----